1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 044/2020-MP/PA, CELEBRADO ENTRE O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ E A EMPRESA JCL TELECOMUNICAÇÕES EIRELI-EPP.

Pelo presente Termo Aditivo ao **CONTRATO Nº 044/2020-MP/PA**, firmado entre o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 05.054.960/0001-58, com sede na Rua João Diogo nº 100, Bairro: Cidade Velha, CEP: 66015-165, Belém-PA, neste ato representado pelo Exmo. Procurador-Geral de Justiça, Dr. **CÉSAR BECHARA NADER MATTAR JUNIOR**, brasileiro, residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominado **CONTRATANTE**, e, de outro lado, a Empresa **JCL TELECOMUNICAÇÕES EIRELI-EPP**, inscrita no CNPJ sob o nº 26.611.936/0001-42, com sede na Rodovia PA 279, Lote 5, Quadra 04, s/n, Bairro: Jardim Cidade, CEP: 68.385-000, Tucumã/PA, telefones nº: (94) 99188-5551, (94) 99245-2042 e (94) 99245-2024, e-mail: atendimentojcl@gmail.com, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pela Sra. **JUCILEIA PEREIRA DA SILVA**, brasileira, administradora, inscrita no CPF sob o nº 696.802.802-68, portadora do RG nº 3160503 SSP/PA. residente e domiciliada em Redenção/PA, têm entre si justas as cláusulas e condições seguintes, objeto do presente Termo Aditivo.

CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica alterada a Cláusula Nona, do Contrato Original, que trata **DA VIGÊNCIA DO CONTRATO**. O mencionado instrumento contratual, que tem como **objeto** prestação de serviço de acesso à internet para a Promotoria de Justiça de **Tucumã/PA**, decorreu da **Dispensa de Licitação nº 016/2020-MP/PA**.

CLÁUSULA SEGUNDA

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Original por mais **12 (doze) meses**, a contar de **03/07/2021**, nos termos do art. 24, II e 57, II, da Lei nº 8.666/1993, e Decreto nº 9.412/2018 c/c a Cláusula Nona, item 9.1, do instrumento em apreço.

CLÁUSULA TERCEIRA

Para atender às despesas oriundas do presente aditivo o Ministério Público valer-se-á de recursos oriundos da seguinte função programática:

Atividade: 12101.03.091.1494.8758 - Promoção e Defesa dos Direitos Constitucionais

Elemento de Despesa: 3390-40 – Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – Pessoa Jurídica.

Fonte: 0101 – Recursos Ordinários.

CLÁUSULA QUARTA

E por estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente Termo Aditivo, em 02 (duas) vias, de igual teor e para um só efeito, na presença das testemunhas abaixo elencadas.

Belém, de de 2021.

Assinado de forma digital por PARA
MINISTERIO PUBLICO:05054960000158
Dados: 2021.05.19 09:25:44 -03'00'

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ
Contratante

Testemunhas:

Assinado de forma digital por MARCIO ANTONIO CUNHA
SOLIMOEIS:23673150278
Dados: 2021.05.19 11:09:55 -03'00'

1) _____
RG:

JCL TELECOMUNICACOES
EIRELI:26611936000142
Assinado de forma digital por JCL
TELECOMUNICACOES
EIRELI:26611936000142
Dados: 2021.05.17 14:51:37 -03'00'

JCL TELECOMUNICAÇÕES EIRELI-EPP
Contratada

LAYS FAVACHO
BASTOS:78667119
Assinado de forma digital por
LAYS FAVACHO
BASTOS:78667119253
Dados: 2021.05.19 15:34:15

2) 253 _____
RG:

RESOLUÇÃO N.º 19.251

(Processo nº 2017/51420-2)

Assunto: Monitoramento das recomendações dirigidas à COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARÁ-Cosanpa, em face das deliberações contidas na Resolução nº 18.521/2013, que fora resultante da Auditoria de Natureza Operacional realizada nas ações de Criação, Gestão e Implementação das unidades de Conservação Estaduais, objeto do Processo nº 2011/52213-9.

Relator: Conselheiro LUIS DA CUNHA TEIXEIRA

RESOLVEM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Relator, com fundamento no art. 1º, inciso IV, da Lei Complementar nº 81/2012: 1 – Dar por encerrado o ciclo de monitoramento previsto na Resolução nº 18.521/2013, e encaminhar cópias do relatório técnico, da decisão exarada pelo pleno à 4ª CCG, COP e SECEX, para apuração de possíveis irregularidades e respectivas responsabilidades pertinentes, para subsidiar o planejamento e definição de escopo de novas auditorias, assim como juntar à prestação de contas anual do gestor; 2 – Arquivar os autos, apensando-o ao Processo nº 2011/52213-9, que deu origem às recomendações, então monitoradas; 3 – Encaminhar cópia desta decisão, acompanhada do inteiro teor do relatório final da Equipe de Monitoramento, para a Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Estado do Pará (SEMAS), Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará (Ideflor-Bio), Companhia de Saneamento do Estado do Pará (COSANPA), Conselho Consultivo do PEUT, Casa Civil do Governo do Estado, Auditora-Geral do Estado (AGE/PA), Presidente da Assembleia Legislativa (Comissão de Meio Ambiente), Ministério Público do Estado (MPE), Promotorias de Justiça do Meio Ambiente de Belém e Ananindeua, e Conselho Estadual de Meio Ambiente (COEMA), para conhecimento e/ou adoção de medidas necessárias para solução dos problemas encontrados, principalmente no que tange à resolutividade do saneamento básico da Região Metropolitana de Belém, assim como para a Assessoria de Comunicação e Relações Públicas do TCE/PA para as providências Cabíveis.

Protocolo: 657150

Dotação Orçamentária: Atividade: 12101.03.091.1494.8758. Elemento de despesa: 339040. Fonte de Recurso: 0101.

Ordenador Responsável: Dr. César Bechara Nader Mattar Júnior, Procurador-Geral de Justiça.

Protocolo: 658407**APOSTILAMENTO****EXTRATO DE APOSTILAMENTO**

Núm. do Contrato: 068/2017-MP/PA (Contrato nº 1003597485-Equatorial Pará).
Núm. da Apostila: 004

Partes: Ministério Público do Estado do Pará e a EQUATORIAL PARÁ DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.

Objeto do Contrato: Contratação de uso do sistema de distribuição para as Promotorias de Justiça de Redenção, localizada na Rua Vicente Pereira, s/n, Lote 20, Redenção/PA.

Justificativa do Apostilamento: Alteração no preâmbulo do Contrato nº 068/2017-MP/PA, da razão social da Empresa CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S/A para EQUATORIAL PARÁ DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.; prorrogação automática, pelo período de 12 (doze) meses, realizada pela Empresa, com a qual consente o Ministério Público do Estado do Pará, conforme disciplinado no subitem 3.2., Cláusula Terceira, Parte II, do Contrato acima mencionado.

Data de Assinatura: 19/05/2021.

Vigência: 18/08/2021 a 17/08/2022.

Ordenador Responsável: Dr. Cesar Bechara Nader Mattar Junior, Procurador-Geral de Justiça.

Protocolo: 658154**DIÁRIA****HOUVE ALTERAÇÃO NO PERÍODO DA VIAGEM
PORTARIA Nº 0927/2021-MP/PJG**

A DIRETORIA DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA Nº4206/2012-MP/PJG, de 19/09/2012, publicada no D.O.E. de 1/10/2012,

R E S O L V E:

CONCEDER diárias, em virtude de haver sido autorizado deslocamento no âmbito do expediente nº110158/2021 conforme abaixo relacionado:

NOME: LUIZ RICARDO PINHO

CARGO/FUNÇÃO: ASSESSOR ESPECIALIZADO

MATRÍCULA: 999.523

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: art. 145, da Lei Estadual n.º 5.810, de 24/1/1994

ORIGEM: Belém - PA

DESTINO(S): Altamira/PA

PERÍODO(S): 29/04/2021 - 30/04/2021

QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 1 e 1/2 (um e meia) diaria(s)

FINALIDADE: Reunião de trabalho

ORDENADOR(A) DA DESPESA: Cesar Bechara Nader Mattar Junior

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS.

BELÉM/PA, 22 de abril de 2021.

RICARDO DE ARAUJO MOURA

DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

PORTARIA Nº 1111/2021-MP/PJG

A DIRETORIA DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA Nº4206/2012-MP/PJG, de 19/09/2012, publicada no D.O.E. de 1/10/2012,

R E S O L V E:

CONCEDER diárias, em virtude de haver sido autorizado deslocamento no âmbito do expediente nº112676/2021 conforme abaixo relacionado:

NOME: LAUDIA MARIA DA PAIXAO

CARGO/FUNÇÃO: TECNICO - ASSISTENTE SOCIAL - ATC-B-III

MATRÍCULA: 999.1196

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: art. 145, da Lei Estadual n.º 5.810, de 24/1/1994

ORIGEM: Marabá - PA

DESTINO(S): Bom Jesus do Tocantins/PA, Nova Ipixuna/PA

PERÍODO(S): 20/05/2021 - 20/05/2021, 26/05/2021 - 26/05/2021

QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 1 (um) diaria(s)

FINALIDADE: Visita e inspeção em abrigo

ORDENADOR(A) DA DESPESA: Cesar Bechara Nader Mattar Junior

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS.

BELÉM/PA, 17 de maio de 2021.

RICARDO DE ARAUJO MOURA

DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

PORTARIA Nº 1112/2021-MP/PJG

A DIRETORIA DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA Nº4206/2012-MP/PJG, de 19/09/2012, publicada no D.O.E. de 1/10/2012,

R E S O L V E:

CONCEDER diárias, em virtude de haver sido autorizado deslocamento no âmbito do expediente nº112701/2021 conforme abaixo relacionado:

NOME: MANOEL SANTINO NASCIMENTO JUNIOR

CARGO/FUNÇÃO: Corregedor-Geral do Ministério Público

MATRÍCULA: 601.799

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: art. 117, da Lei Complementar Estadual n.º 057, de 06 de julho de 2006

ORIGEM: Belém - PA

DESTINO(S): Castanhal/PA, São Francisco do Pará/PA, Inhangapi/PA, Igarapé-Açu/PA, São Domingos do Capim/PA

MINISTÉRIO PÚBLICO**MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO PARÁ****TERMO ADITIVO A CONTRATO****EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 044/2020**

Núm. do Termo aditivo: 1º

Núm. do Contrato: 044/2020-MP/PA.

Partes: Ministério Público do Estado do Pará e a empresa JCL TELECOMUNICAÇÕES

EIRELI-EPP.

Objeto e Justificativa do Aditamento: prestação de serviço de acesso à internet para a Promotoria de Justiça de Tucumã/PA. Prorrogação do prazo de vigência.

Data de Assinatura: 19/05/2021.

Vigência do Aditamento: 03/07/2021 a 02/07/2022.

Dotação Orçamentária: Atividade: 12101.03.091.1494.8758.

Elemento de Despesa: 3390-40.

Fonte: 0101.

Ordenador Responsável: Dr. Cesar Bechara Nader Mattar Junior.

Protocolo: 658138**AVISO DE LICITAÇÃO****Sessão de Continuidade**

O Ministério Público do Estado do Pará, por meio da Comissão Permanente de Licitação, convoca as empresas licitantes a participarem da Sessão que dará continuidade à Carta Convite nº 002/2021-MP/PA (Reforma do Gabinete do Ouvidor Geral), a ser realizada no dia 24/05/2021, às 11h00, no Auditório Natanel Leitão, situado à Rua João Diogo, 100, térreo, Cidade Velha, Belém-Pa, oportunidade na qual será aberto o envelope de proposta financeira da empresa habilitada no certame, consoante o resultado da fase de habilitação divulgado no dia 13 de maio de 2021 no Diário Oficial do Estado.

Protocolo: 658314**RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO****Núm. da Dispensa: 16/2021-MP/PA.**

Partes: Ministério Público do Estado do Pará e a empresa PORTAL CONEXÃO LTDA (CNPJ: 17.441.754/0001-80).

Objeto: Prestação de serviço de acesso à internet para a Promotoria de Justiça de Bragança/PA.

Valor Total: R\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais).

Fundamento Legal: Art. 24, II, da Lei Federal 8.666/93.

Data de Assinatura: 20/05/2021.